Universidades Lusíada

Netto, José Paulo, 1947-

O serviço social hoje

http://hdl.handle.net/11067/3911

Metadados

Data de Publicação	1993
Palavras Chave	Serviço social - Previsões, Serviço social
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 07 (1993)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T08:53:17Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

O SERVIÇO SOCIAL HOJE *

José Paulo Netto **

Ilustres convidados presentes:

Professor Luís Moita — Presidente do Conselho Científico;
Dra. Dinah Ferreira — Presidente do Conselho Directivo;
Dr. Jorge Cabral — Presidente da Cooperativa ISSSL;
Maria de Jesus Gonçalves — Presidente da Associação de Estudantes do ISSSL;
Professores, Familiares, Estudantes, Companheiros Assistentes Sociais:

Seja-me permitido, preliminarmente, agradecer o convite para intervir nesta oportunidade, momento significativo para todos os que aqui se encontram.

Quero dizer-vos que, ao aceitar este convite, não o fiz de modo simplesmente protocolar: é que, nesta casa, não me sinto um estranho no ninho, um professor estrangeiro que ocasionalmente passa por cá. Antes, os laços que me ligam ao Instituto, desde que pela primeira vez cá estive, há 16 anos, tais laços são permanentes.

E penso que hoje me é dado mais uma chance para aprofunda-los e testemunhar a minha vinculação aos companheiros com os quais, desde os tempos difíceis do meu exílio, tenho aprendido a generosa lição da solidariedade.

De forma breve e alusiva, pretendo coletivizar convosco algumas ideias — parece-me que pertinentes a um acto no qual um grupo de diplomados faz o seu ritual de passagem ao campo profissional e ingressa na categoria dos assistentes sociais.

Todos sabemos que o Serviço Social, historicamente, marcou-se pela sua vinculação ao pensamento e às práticas liberal-conservadores.

---

* Comunicação apresentada na Cerimónia de Abertura Solene das Actividades Académicas do Ano Lectivo 1991/92 e Entrega de Diplomas aos recém-Licenciados (Curso 86/91), realizada no ISSSL em Fevereiro de 1992.

** Doutorado em Serviço Social, Professor na Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Na sua gênese esta profissão expressou a vontade interventiva daqueles grupos e classes sociais para os quais a chamada "questão social" deveria ser equacionada sem desbordar os quadros da ordem burguesa. Originalmente e nos seus primeiros desdobramentos, o Serviço Social condensou as expectativas e projectos daqueles estratos para os quais o caminho da reforma conservadora era o antídoto às ameaças da revolução.

A institucionalização do Serviço Social na Europa Ocidental e nas Américas, foi, por isto mesmo, um processo de dupla face. De um lado, sinalizou a intenção, das elites políticas e religiosas, de enquadrar, vigiar e controlar as "classes perigosas": de outro, marcou a consagração de novos direitos que as classes subalternas vinham conquistando, mercê de suas lutas e combates.

Com este efeito, o Serviço Social só adquire estatuto profissional na terceira década do nosso século, quando, e não casualmente, a cidadania conceptualizada por Marshall se coroa com os direitos sociais.

Não é por azar, assim, que o Serviço Social tenha a sua institucionalização caracterizada por três grandes notas:

1.° a sua vinculação elementar, directa ou indirecta, com as políticas sociais;
2.° as suas conexões com os poderes de Estado, materializadas na sua inserção institucional e/ou organizacional;
3.° o seu caráter interventivo, basicamente centrado na acção assistencial.

Com estas características, o Serviço Social profissionalizou-se e articulou o seu rosto dominante entre o segundo pós-guerra e os anos sessenta. Os anos sessenta — exactamente aqueles que assinalaram, na nossa cultura, um verdadeiro terramoto.

Não recordarei convosco a década de 60, que alguns dos quais presentes certamente viveram com intensidade. Década de utopias e desilusões, de grandes projectos e imensos fracassos — a Revolução Cubana, o tempo de Patrice Lumumba, os jovens nas ruas de Paris, o combate no Vietname, os tanques de Praga, mas ainda os Beatles, o direito ao prazer, uma história em acto onde se fez vigente o mote "é proíbido proibir". Em suma, uma década generosa e louca, que mudou a face do nosso mundo. e que, por via de consequência, afectou medularmente o Serviço Social.

De facto, os anos 60 foram, também para a profissão, a década do terramoto. Para retomar uma bela fórmula de Marx, o que parecia sólido desmanchou-se no ar: valores, normas, técnicas e comportamentos profissionais — tudo foi posto em questão. A própria legitimidade do Serviço Social foi colocada em xeque.

Compreensivelmente, veio depois uma certa acalmia. Os anos subsequentes foram de clara recomposição — mas não de restauração. Era impossível: na América Anglo-Saxônica, estavam dadas as pré condições para o que veio a chamar-se "Serviço Social Radical"; na América Latina, o movimento de reconceptualização não fora uma falsa promessa; e mesmo na Europa Ocidental, onde a hipoteca estatal--clerical sobre a profissão era muito ponderável, a erosão do passado era incontrolável.

Com os olhos postos neste mundo em pedaços, voltemos à nossa pequena quinta profissional. É hoje possível pensar-se a legitimidade do Serviço Social?

Há sentido em apostar-se neste fazer?

Há perspectivas a convocar a nossa inteligência e a nossa paixão?

Antes de esboçar uma sugestão de resposta, vale a pena retornar aqueles três traços constitutivos da nossa profissionalidade, que já sumariei anteriormente. Vale retornar a eles e pontuar os problemas contemporâneos.

Primeiro: a vinculação com as políticas sociais. Parece-me que o Serviço Social continua impensável fora do marco das políticas sociais. O desafio hoje, é redefinir aí o espaço do assistente social. Cabe manter o seu papel, historicamente consagrado, de executor terminal de políticas sociais determinadas; mas nunca cabe, sobretudo ampliar esse protagonismo profissional: cabe criar as condições para que o assistente social seja também um planeador e um gestor das políticas e dos serviços sociais.

A criação dessas condições demanda um profissional tecnicamente qualificado, diria mais: um profissional de altíssimo nível técnico, habilitado a utilizar alternativamente os aportes das várias tecnologias sociais.

Quero dizer: a necessária ampliação do protagonismo profissional para por uma mais rigorosa qualificação técnica. Sem esta condição, será inviável redimensionar a inscrição do assistente social no marco das políticas sociais.

Segundo: a inserção do assistente social nos âmbitos institucionais e organizacionais, suas mediações em face do sistema estatal.

Em sociedades complexas como as nossas, parece-me inconcebível um Serviço Social extra-instituicional. E os quadros institucionais já não podem mais ser tomados como simples limitadores da acção profissional. Em verdade, eles são o suporte necessário para a acção profissional. O problema, hoje, consiste na reconfiguração das redes institucionais, considerando-se a sua complexidade imanente e as demandas sociais dos sectores populares. Para tanto, o assistente social deve estar prepa-

rado politicamente: como observou meu amigo Vicente Faleiros, uma das vozes mais lúcidas do Serviço Social crítico, o assistente social deve saber analisar conjunturas, identificar relações de força, articular alianças profissionais e sociais.

Um assistente social politicamente ingênuo — ou, o que é quase o mesmo, que confunda competência política com militância partidária —, um tal assistente social não conseguirá transformar os limites institucionais em suportes da acção profissional. E, por isto, será vítima ou do voluntariado, que acarreta a marginalização, ou da rotina, que amesquinha a profissão. Só a qualificação política poderá abrir-lhe a via ao tertium latur da criatividade, que supera o messianismo e o conformismo.

Enfim, a questão do caráter interventivo do Serviço social e do problema da assistência.

Salvo erro meu, não há Serviço Social sem intervenção: Um dos traços constitutivos da profissão é, precisamente, a dimensão prática-operativa. Em poucas palavras: não há Serviço Social sem intervenção prático-empírica.

Contudo, o papel profissional da assistente social não pode, hoje, esgotar-se na intervenção — sob pena de a profissão permanecer tributária e residual em face das ciências sociais. Atualmente, no quadro de uma evidente crise na divisão social e intelectual dos vários saberes sociais, o nosso desafio é nítido: articular a intervenção com a produção de conhecimento. A resposta é indescartável: trata-se de tornar o assistente social um intelectual no sentido forte do termo — um ator que, sem descurar da ação prático-interventiva, seja capaz de elaborar teoricamente os seus objectos e problemáticas. Donde, obviamente, o compulsório investimento na pesquisa e na investigação.

Sejamos inequívocos: não se trata de competir com os sociólogos, os psicólogos sociais, os antropólogos, etc. Trata-se de garantir uma prática profissional não através do corporativismo e particularismo excludentes, mas mediante uma visão que, multidisciplinar, se legitime pela sua eficácia. Nunca faremos do Serviço Social uma teoria ou uma ciência, até porque este não deve ser um estatuto, mas devemos revigorar sua natureza profissional acentuando a sua particularidade — uma intervenção cujos parâmetros são encontrados nas ciências sociais e cujo desempenho aporta esses novos problemas, novos materiais e, eventualmente, novas soluções. Enfim, a questão assistencial. Se nos cabe recusar as atitudes assistencialistas, marcadas pelo seu conteúdo tutelar, não nos cabe rechaçar as políticas de assistência. Numa ordem social como a capitalista, em que a dinâmica do desenvolvimento económico implica a reprodução ampliada da pobreza relativa, pensar a assistência como direito é legítimo e necessário.

Evidentemente, o Serviço Social não se exaure na assistência. Entretanto, enquanto esta for uma demanda real, o Serviço Social deve recolhê-la e acolhê-la. Até porque o paradoxo imanente da profissão é exactamente este: exercê-la para torná-la supérflua.

Em verdade, o que deve ser a base do exercício do Serviço Social é torná-lo excedente. Ou seja: devemos exercitá-lo na busca da sua superação. Os assistentes sociais devem ter como objectivo remoto, porém real, uma sociedade que dispense o Serviço Social.

Penso que, com estas determinações, podemos pensar, hoje, a legitimidade do Serviço Social. Desde que os assistentes sociais se habilitem técnica, política e teoricamente, sua profissão enfrentará exitosamente a procura da história. Eu diria, incisivamente, que, nos dias correntes, a competência profissional é justamente essa competência tridimensional: habilitação técnica, capacitação política e qualificação teórica. A esta tripla competência está hipotecado o nosso futuro. E se a vislumbramos como um processo continuado, uma educação e uma auto-educação permanente, creio que não devemos temer os próximos anos.

Evidentemente, há por trás desta reflexão um suposto, aquele que aponta para o compromisso social da profissão.

Não creio que ele deva ser formulado mais que em termos de radicalidade democrática, uma vez que neste limiar do séc. XXI, a radicalidade democrática é a única alternativa para a construção dum espaço societário que supere a ordem burguesa.

Já me alongo e é tempo de concluir. Quero cumprimentar os novos profissionais que hoje ascendem, formalmente, à condição de assistentes sociais e desejar que no seu exercício profissional/cívico, tenham as melhores oportunidades de desenvolvimento.

Igualmente, na abertura formal de um ano lectivo, quero saudar aqueles que iniciam ou reiniciam o seu trabalho no Instituto.

Enfim, quero dizer-vos, profissionais ou não que sejamos, que este não é um tempo de certezas mas também não pode ser um tempo de hesitações.

Chegamos todos a um estádio em que só a razão, que não ilude a paixão, antes a supõe, pode anunciar a manhã necessária.

Muito obrigado.